

A História Social: seus significados e seus caminhos

José D'Assunção Barros¹

Resumo

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à História Social, examinando inicialmente, de um ponto de vista crítico, os diversos usos e significados da expressão como modalidade do saber historiográfico. São discutidos aspectos diversos, incluindo os objetos, fontes e abordagens mais comuns a este campo. O artigo apresenta como principal referência importante o livro *O Campo da História*, publicado pelo autor recentemente, e que cujo principal objetivo é elaborar uma visão panorâmica dos vários campos em que se divide o conhecimento histórico nos dias de hoje, incluindo o da História Social e de outras modalidades como a História Política, a História Econômica, a História Cultural e a Micro-História.

Palavras-chave

História Social, Campos da História, escrita da história.

Abstract

This article attempts to clarify and discuss some aspects related to the Social History, discussing the various uses and significances of this expression as a modality of historical knowledge. The aspects to be discussed are diverse, and include the objects, sources and approaches more common in this field. The article presents as principal reference the book named *The Field of History*, recently publicized by the author and whose principal subject is to organize a panoramic view of the various fields in which the historical knowledge is divided nowadays, including the Social History and much other as the Political History, the Economic History, the Cultural History and the Micro-History.

Keywords

Social History, Fields of History, historical writing.

Breve Introdução aos Campos Históricos

Entre as inúmeras modalidades e especialidades nas quais se reparte a disciplina e a prática da História nos dias de hoje, talvez a dimensão historiográfica mais sujeita a oscilações de significado seja a da *História Social*. Modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades com todas as Ciências Sociais, e igualmente rica na sua possibilidade de objetos de estudo, a História Social abre-se de fato a variadas possibilidades de definição e delimitação que certamente interferem nos vários trabalhos produzidos pelos historiadores que atuam neste campo intradisciplinar. Veremos,

neste artigo, que há razões várias para essa oferta de uma diversidade de sentidos que vem à tona quando falamos em *História Social*. Por outro lado, antes de aprofundar a temática em questão, uma reflexão inicial sobre os critérios que presidem a partição da História nas suas diversas modalidades mostrar-se-á bastante oportuna, e, para tal, nos basearemos em uma obra específica recentemente publicada sobre o assunto com o título **O Campo da História – especialidades e abordagens** (BARROS, 2004).

Antes de mais nada, será útil compreender que existem basicamente duas grandes ordens de dificuldades que costumam tornar confusos os esforços de classificar e organizar internamente a História em sub-áreas especializadas. Uma corresponde a uma intrincada confusão de critérios que costuma presidir estes esforços classificatórios, questão que deixaremos para discutir mais adiante. A outra ordem de dificuldades, da qual gostaríamos de falar em primeiro lugar, corresponde ao fato de que uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo.

Apesar de falarmos freqüentemente em uma “História Econômica”, em uma “História Política”, em uma “História Cultural”, e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.

Preocupados com uma “religação dos saberes” – depois deste conturbado século que de certa maneira foi o ‘século das especializações’ – não faltam os autores que alertam para os perigos e empobrecimentos do isolamento e da compartimentação:

*“Sabe-se que o historiador tem o costume de arrumar os fatos em envelopes que se transformaram em entidades trans-históricas, em categorias temporais e universais: o social, o econômico, o político, o religioso, o cultural (...) Depois de proceder a esta distribuição e a esta etiquetagem, por razões de competência pessoal ou por escolha disciplinar, o historiador atém-se comumente a uma única ordem de fatos”*²

A saída, naturalmente, é não utilizar as classificações como limites ou pretexto para o isolamento. Não se justifica o recuo diante de uma curva demográfica, quando o objeto de estudo o exige, sob o pretexto de que a sua é apenas uma História Cultural. Da mesma forma, um historiador econômi-

co não pode recuar diante dos fatos da cultura (ou dos aspectos culturais de um “fato econômico”). Peter Burke registra em seu livro sobre a *Escola dos Annales* um exemplo extraído do grande historiador econômico Witold Kula:

“(...) Kula faz uma análise econômica dos latifúndios poloneses nos séculos XVII e XVIII. Mostrou que o comportamento econômico dos proprietários de terras poloneses era o oposto do que previa a economia clássica. Quando o preço do centeio, seu produto principal, aumentava, produziam menos, e quando o preço abaixava, produziam mais. A explicação deste paradoxo deveria ser encontrada, diz Kula (...) no reino da cultura, ou das mentalidades. Tais aristocratas não estavam interessados em lucros, mas em manter um estilo de vida, da maneira a que estavam acostumados. As variações na produção eram tentativas de manter uma renda padrão. Seria interessante imaginar as reações de Karl Marx a essas idéias”²³

O fundador do Materialismo Histórico teria possivelmente reagido bem à flexibilidade de Kula, poderíamos acrescentar. Afinal, em sua análise política e econômica do *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1952), Marx não recua diante dos fatos do “imaginário” (palavra que ainda estava longe de ser cunhada). Sua explicação para a ascensão de Luís Bonaparte ao governo francês na segunda metade do século XIX, com base nos votos dos camponeses, está ancorada precisamente em uma análise do imaginário, do peso que a imagem de Napoleão Bonaparte (tio de Luís Bonaparte) ainda exercia sobre a população⁴.

Em vista destes e de tantos outros exemplos que poderiam ser extraídos de obras historiográficas magistrais, tem-se a lição nem sempre bem compreendida de que o esclarecimento do campo ou da combinação de campos em que se insere um estudo não deve ter efeito paralisante, nem servir como pretexto para justificar omissões. Definir o ambiente intradisciplinar em que florescerá a pesquisa ou no qual se consolidará uma atuação historiográfica deve ser encarado como um esforço de autoconhecimento, de definir os pontos de partida mais significativos – e não como uma profissão de fé no isolamento intradisciplinar.

Uma segunda ordem de dificuldades que costuma confundir as tentativas de subdividir internamente o Campo Histórico refere-se a uma inadvertida mistura dos critérios que são habitualmente utilizados para a classificação das várias “histórias”. Fala-se por exemplo em uma *História Demográfica* ou em uma *História Política*, noções que se referem a ‘dimensões’ ou a fatores que ajudam a definir a realidade social (a população, o poder); fala-se de uma *História Oral* ou de uma *História Serial*, que são classificações da História que

remetem ao tipo de fontes com as quais elas lidam ou às ‘abordagens’ que os historiadores utilizam para tratar estas fontes (a entrevista, a serialização de dados); fala-se da *Micro-História* ou da *História Quantitativa*, que são classificações relativas aos campos de observação abordados pelo historiador (a micro-realidade, o número); fala-se em uma *História das Mulheres* ou em uma *História dos Marginais*, que são classificações relacionadas aos ‘sujeitos’ que fazem a História (a Mulher, o Marginal); fala-se em uma *História Rural* ou em uma *História Urbana*, que são subdivisões relativas aos ‘ambientes sociais’ examinados pelo historiador (o Campo, a Cidade); fala-se de uma *História da Arte* ou de uma *História da Sexualidade*, que são âmbitos associados aos ‘objetos’ considerados na pesquisa histórica (a Criação Artística, o Sexo). Poder-se-ia falar ainda em uma *História Vista de Baixo*, para simbolizar uma inversão de perspectiva em relação à tradicional historiografia que partia do poder dominante, e até em uma *História Imediata*, modalidade historiográfica em que o autor é ao mesmo tempo historiador e personagem dos acontecimentos que descreve ou analisa.

Todos estes exemplos constituem legítimas especialidades da História. Mas as dificuldades começam a se mostrar quando estas várias classificações, oriundas de critérios bem diferentes e estranhos entre si, são misturadas indiscriminadamente para organizar os vários “lotes” da História.

De algum modo, pode-se postular três ordens de critérios correspondentes a divisões da História respectivamente relacionadas a “enfoques”, “métodos” e “temas”. Uma *dimensão* implica em um tipo de enfoque ou em um ‘modo de ver’ (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada); uma *abordagem* implica em um ‘modo de fazer a história’ a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e determinados campos de observação); um *domínio* corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do historiador (campos temáticos como o da ‘história das mulheres’ ou da ‘história do Direito’).

Desnecessário dizer que os historiadores podem unir em uma única perspectiva historiográfica uma dimensão (por exemplo, a História Econômica), uma determinada abordagem (a História Serial), e um certo domínio (a História dos Camponeses). Na verdade, muitos outros tipos de combinações serão possíveis, até mesmo no interior de um grupo de critérios, mas por ora avancemos mais nesta clarificação.

A primeira ordem de classificações a que podemos nos referir é aquela gerada pelas várias *dimensões* da vida humana que podem constituir enfoques historiográficos, embora na realidade social efetiva estas dimensões nunca apareçam desligadas entre si. Teremos então uma Histó-

ria Demográfica, uma História da Cultura Material, uma História Econômica, uma História Política, uma História Cultural, e assim por diante.

É preciso ter em vista, antes de mais nada, que estas dimensões a serem definidas como ‘instâncias da realidade social’ são em todos os casos construções do historiador, contendo a sua parcela de arbitrariedade e a sua possibilidade de flutuações ao longo do desenvolvimento da história do pensamento historiográfico. A cada novo período da historiografia, uma dimensão pode como que se desprender da outra, ou então duas dimensões que antes andavam separadas podem voltar a se juntar.

A História das Mentalidades, a História do Imaginário e a História Antropológica, por exemplo, foram enfoques que de certo modo se desprenderam há algumas décadas da História da Cultura; e a História da Cultura Material organizou-se a partir de um certo setor da História Econômica que estava diretamente voltado para o consumo e que passou a se conectar com certos aspectos enfatizados pela História Cultural, ao mesmo tempo em que se beneficiava das preocupações crescentes com a vida cotidiana que surgiram no decurso do século xx. Há também as dimensões que são constituídas pelo contato da História com outras disciplinas, como a Geo-História, que surgiu de uma interface do trabalho historiográfico com a Geografia.

É também digno de nota o fato de que algumas dimensões podem começar por ser construídas por contraste com outras, por vezes gerando certas oposições mais marcantes, até que em seu desenvolvimento posterior certas interfaces possam ser estabelecidas ou retomadas. De certo modo, tal como já foi ressaltado no início deste ensaio, a História Social e a História Econômica do século xx começaram a ser edificadas a partir de um contraste com a velha História Política que se fazia no século xix – e isto resultou aliás no provisório abandono de alguns objetos por estas novas sub-especialidades (por longo tempo, desapareceriam da prática historiográfica profissional do século xx a biografia de personalidades políticas importantes e a história das grandes batalhas, temas que depois retornaram nas últimas décadas do século xx). Em suma: o caleidoscópio historiográfico sofre os seus rearranjos. E estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais. Os paradigmas acabam sendo substituídos uns por outros, por mais que tenham perdurado, e trazem a seu reboque novas tábuas de classificação.

Posto isto, será possível dividir a História conforme ela é hoje compreendida pelos historiadores profissionais em dimensões relativas a certos enfoques que são priorizados na apreensão da vida e da organização de uma sociedade. Uma vez que o objetivo mais específico deste artigo é delimitar e discutir a História Social, não teremos espaço para discutir cada um dos demais campos gerados por este grupo de critérios – e que vão da História Social a outras modalidades como a História Política, a História Econômica, a História

Demográfica, a Geo-História ou a História das Mentalidades. Contudo, reenviamos, para uma continuidade no aprofundamento deste assunto, a uma obra recente que foi desenvolvida neste sentido⁵.

Do âmbito das dimensões, passaremos agora ao âmbito das *abordagens*. Existem subdivisões possíveis da História que se referem ao ‘campo de observação’ com que os historiadores trabalham. E existem outras que se referem ao tipo de fontes ou ao ‘modo de tratamento das fontes’ empregado pelo historiador. Em cada um destes casos, estas divisões da História referem-se mais aos ‘modos de fazer’ a pesquisa do que às dimensões sociais que enfocadas pelo historiador (‘modos de ver’). Deste modo, os critérios envolvidos por estas subdivisões são divisões que estão mais relacionadas com Metodologia do que com Teoria.

É o caso, por exemplo, da *História Oral*. Esta subdivisão historiográfica refere-se a um tipo de fontes com o qual o historiador trabalha, a saber, os testemunhos orais. Aqui, entramos em um outro tipo de critério que não interfere com os do primeiro grupo. Um historiador pode estabelecer como enfoque a História Política ou a História Cultural, e selecionar como abordagem a História Oral. Isto significa que ele irá produzir o essencial dos seus materiais de investigação e reflexão a partir da coleta de depoimentos, que depois deverá analisar com os métodos adequados. Suas preocupações neste âmbito estarão relacionadas ao tipo de entrevista que será utilizado na coleta de depoimentos, aos cuidados na decodificação e análise destes depoimentos, ao uso ou não de questionários pré-direcionados, e assim por diante. Todos estes aspectos mais se referem a ‘métodos e técnicas’ do que a ‘aspectos teóricos’. A História Oral, enfim, remete a um dos caminhos metodológicos oferecidos pela História, e não a um enfoque, a um caminho teórico ou a um caminho temático.

Outro exemplo de modalidade da História definida por um critério estabelecido por uma ‘abordagem’ é a História Serial – modalidade da História que desempenhou um papel primordial na historiografia do século xx e que, quando surgiu, foi vista como uma revolução nas relações do historiador com as suas fontes. Ao invés das fontes habituais que eram tomadas sempre para uma abordagem qualitativa, a chamada História Serial introduziu nas proximidades dos meados do século xx uma perspectiva inteiramente nova: tratava-se de constituir “séries” de fontes e de abordá-las de acordo com técnicas igualmente inéditas. Neste caso, teremos também aqui um campo a ser definido em relação à abordagem ou ao modo de fazer a História que a perpassa, já que consideramos que o que define uma modalidade historiográfica como História Serial é precisamente a presença de fontes que são constituídas em série e uma determinada maneira de tratar historiograficamente esta série – ou seja: um tipo de fonte a ser utilizada e uma forma específica de tratamento destas fontes, uma fazer histórico, enfim.

Poderíamos seguir adiante na descrição de outros campos da História que se referem a ‘abordagens’, seja a ‘modos de fazer a história’ (escolha ou

constituição de determinados tipos de fontes, ou formas de tratamento destas fontes), seja ao ‘campo de observação’ no qual se detém o historiador. A Micro-História, por exemplo, é uma abordagem historiográfica deste último tipo: ela escolhe como campo de observação um recorte micro-historiográfico – uma vida, um circuito de sociabilidade, uma prática social – e a partir desta gota d’água cuidadosamente escolhida busca enxergar algo do oceano inteiro. Já a História Regional é a modalidade historiográfica que estuda uma região por ela mesma, examinando-a como sistema com seu próprio funcionamento ou como sub-sistema que se insere em um sistema mais vasto – notando-se que é o próprio historiador quem define o critério a partir do qual está definindo este ou aquele campo de observação como uma “região”. Esta não coincide, necessariamente, com a região administrativa ou geográfica, pode ser uma região definida antropológicamente, culturalmente, ou de qualquer outra maneira.

Mas não nos deteremos mais no âmbito das abordagens, já que é preciso examinar o último âmbito de critérios que pode presidir uma divisão da História em modalidades mais específicas. Examinaremos em seguida aquilo que denominaremos de *domínios* da História.

Os *domínios* da História são na verdade de número indefinido. Alguns domínios podem se referir aos ‘agentes históricos’ que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, o trabalhador, as massas anônimas), outros aos ‘ambientes sociais’ (rural, urbano, vida privada), outros aos ‘âmbitos de estudo’ (arte, direito, religiosidade, sexualidade), e a outras tantas possibilidades. Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim, e qualquer um poderá começar a pensar por conta própria as inúmeras possibilidades.

Tal como se disse, os critérios de classificação que estabelecem domínios da História referem-se primordialmente às temáticas (ou campos temáticos) escolhidas pelos historiadores. São já áreas de estudo mais específicas, dentro das quais se inscreverá o objeto de investigação e a problemática constituídos pelo historiador.

A maioria dos *domínios* históricos presta-se a historiadores que trabalham com diferentes *dimensões* históricas, e certamente às várias *abordagens*. Mas existem domínios que têm muito mais afinidade com uma determinada dimensão, dada a natureza dos temas por eles abarcados. Assim, a História da Arte ou a História da Literatura são praticamente sub-especialidades da História Cultural (embora se deva chamar atenção para uma História Social da Arte, ou uma História Social da Literatura, que não deixam de ser possibilidades dentro da História Social).

De modo análogo, um domínio como o da História das Imagens (entendida como história das imagens visuais obtidas a partir de fontes iconográficas, fotográficas, etc) é quase que um anexo da História do Imaginário. Mas, bem

entendido, uma série de imagens visuais tomadas como fontes históricas sempre poderá dar a perceber qualquer das dimensões que discutimos atrás, como a História Econômica, a História Política, a Geo-História ou a História da Cultura Material. Pense-se em uma iluminura de *Livro de Oras*, da qual o historiador lança mão para perceber aspectos da economia rural no ocidente medieval, as suas representações políticas, as relações do homem medieval com o seu meio natural ou traços de sua cultura material; ou pense-se em uma pintura impressionista utilizada para captar aspectos da História Social na *Belle Époque*; ou ainda nas cerâmicas gregas utilizadas para levantar aspectos da História Política da Atenas da Antiguidade Clássica. Mas de uma maneira ou de outra, em todos estes casos sempre estará ocorrendo um diálogo evidente da História do Imaginário com uma destas outras dimensões. De maneira análoga, já a História do Cotidiano, ou a História da Vida Privada, abrem-se a inúmeros campos de enfoques para além da História das Mentalidades, como a História da Cultura Material, a História Social a História Econômica ou a História Política (neste último caso, focando a questão dos micropoderes). Raciocínios similares podem ser encaminhados para outros domínios igualmente abertos, como a História das Religiões ou a História da Sexualidade.

Conforme estamos vendo, os domínios tendem a ser englobados por uma dimensão (são poucos os casos) ou então partilhados preferencialmente por duas ou mais dimensões. Mas é possível ainda que algum campo que hoje esteja sendo tratado como ‘domínio’, mas que possua uma abrangência em potencial, possa vir a transformar-se futuramente em uma ‘dimensão’. A História da Sexualidade tem sido pouco estudada em relação à importância da sexualidade para a vida humana na concretude diária, e é talvez isto o que lhe dá um *status* de domínio. Mas seguramente esta poderia ser vista como uma dimensão tão fundamental como a Economia, a Política ou as Mentalidades. O que ocorre é que estas não apenas são dimensões significativas que definem a vida humana; elas constituem na verdade ‘macro-campos’, ou tornaram-se ‘macro-campos’ devido à atenção que lhes prestaram os historiadores e outros pensadores.

As dimensões, deve-se ter percebido, são sempre macro-campos capazes de se desdobrar em ambientes internos, de produzir interfaces mais diversificadas, e de darem margem a um número significativo de obras historiográficas. Já os domínios correspondem a caminhos ou campos temáticos definidos pelas preocupações dos historiadores com relação a determinados âmbitos humanos, ambientes sociais ou agentes históricos específicos. Assim, se de um lado podemos falar de domínios históricos que se referem a *âmbitos* (Arte, Religiosidade, Representações), de outro lado existem outras categorias definidoras de domínios historiográficos que se referem a *agentes históricos* específicos (História da Mulher, História dos Excluídos), ou a determinados *ambientes sociais* (História Rural, História Urbana). Naturalmente que, em um caso ou outro, teremos domínios que se prestam

a todos os enfoques (dimensões) possíveis – da História da Cultura Material à História das Mentalidades. Os ‘excluídos’ podem ser historiados com a atenção voltada para as Mentalidades, como fez Bronislaw Geremek, com a atenção voltada para a Economia, como fez Kula, ou com a atenção voltada para a Cultura, como fez Thompson, ou com a atenção voltada para o Social, como fez Michel Mollat. A História Urbana ou a História Rural podem ser avaliadas a partir de enfoques direcionados para cada uma das dimensões que já mencionamos antes, da Economia à Cultura e às Mentalidades – afinal, estes domínios são rigorosamente ambientes menores dentro do mundo humano que não deixam de ser unidades totalizantes (são mundos humanos específicos, que podem ser examinados na totalidade de seus aspectos).

Vale lembrar também que existem os domínios que são aparentemente sub-campos de um domínio maior. A História das Doenças poderia ser inscrita em uma História do Corpo. A História da Prostituição poderia ser inserida na História dos Excluídos (embora em alguns aspectos também possa ser incluída na História da Sexualidade). A História da Criança, da maneira como têm funcionado até hoje as nossas instituições familiares, poderá ser inscrita sem maiores dificuldades em uma História da Família. Tudo isto, por outro lado, ficará bem se englobado por uma História da Vida Privada.

Para além disto, são inúmeros os domínios que se enquadram opcionalmente como sub-campos em mais de um domínio mais abrangente, ou que se localizam nos interstícios situados entre dois ou mais outros domínios. A História da Medicina enquadrar-se-á na História das Ciências, na História dos Sistemas de Pensamento ou dos sistemas repressivos (como propôs Michel Foucault) ... estará em afinidade com os já mencionados domínios da História das Doenças ou da História do Corpo? Incluirá como subconjunto a História da Clínica? Temos nestes e em tantos outros casos um entrelaçado de domínios históricos, abrindo espaços por dentro do labirinto do saber historiográfico.

Para retornar, em seguida, a nossas reflexões mais específicas sobre a História Social, deixaremos estabelecidos estes três grupos de critérios capazes de presidir a divisão da História em espaços interdisciplinares: *dimensões*, *abordagens* e *domínios*. Diante destas três grandes ordens de critérios, tal como já se disse, a História Social deverá ser mais adequadamente classificada como uma *dimensão* historiográfica. Neste ponto, retomaremos a reflexão sobre os diversos sentidos que têm sido atribuídos à História Social, e sobre o seu enquadramento como *campo histórico* específico a partir dos critérios já arrolados.

A História Social como campo histórico relacionado a uma *dimensão* da vida social

Antes de mais nada, para retornar aos primeiros usos da expressão “história social” na historiografia moderna, podemos fixar a História Social como

modalidade que começa a aparecer de maneira auto-referenciada por ocasião do surgimento na França do Grupo dos *Annales*, e que naquele momento principia a se mostrar claramente construída – ao lado da *História Econômica* – por oposição à *História Política* tradicional. Nesta esteira inicial, houve quem direcionasse a expressão “História Social” para uma história das grandes massas ou para uma história dos grupos sociais de várias espécies (em contraste com a biografia dos grandes homens e com a História das Instituições a que tinha sido tão afeita a historiografia do século anterior).

Também é evidente que a historiografia marxista da mesma época – seguindo os princípios norteadores que já no século XIX haviam sido indicados por Marx e Engels com vistas a uma nova filosofia da história – direcionava-se na mesma época para a elaboração de uma história preocupada com a conjunção dos aspectos econômicos e dos aspectos sociais. O que haveria de relevante a ser estudado não era certamente a história dos grandes homens, ou mesmo a história política dos grandes estados e das instituições, mas sim a história dos ‘modos de produção’ – isto é, das bases econômicas e sociais que determinariam toda a vida social – e também a história das ‘lutas de classes’, isto é, das relações entre os diversos grupos sociais presentes em uma sociedade particularmente nas suas situações de conflito.

A delimitação de um novo campo a ser chamado de “história social” surge portanto sob a forte influência destes dois campos de motivação que passaram a exercer profunda influência no seio da historiografia da primeira metade do século xx. De um lado vinham os ataques desfechados pelo grupo dos *Annales* contra aquilo que consideravam uma “velha história política”, de outro lado começavam a surgir as primeiras grandes obras da historiografia marxista, que cumpriam fielmente um programa de filosofia da história voltado para o econômico e para o social tal como havia sido proposto pelos fundadores do materialismo histórico a partir de meados do século XIX.

A História Social, enfim, surgia no cenário historiográfico como campo relevante e definitivo a se estabelecer no âmbito das modalidades historiográficas que devem ser definidas pelas *dimensões* que são trazidas à tona quando o historiador se põe a examinar um processo histórico qualquer. Considerando aquilo que é colocado em evidência em uma determinada análise historiográfica – a Política, a Cultura, a Economia, as relações sociais – poderíamos ter respectivamente uma História Política, uma História Cultural, uma História Econômica, uma História Social, entre outras possibilidades.

Tal como foi explicitado atrás, esta clara tendência da historiografia contemporânea a constituir e perceber a história social como campo relacionado a uma dimensão social específica liga-se ao fato de que, na primeira metade do século xx, os novos historiadores passam a opor um novo campo de interesses e enfoques à História Política do século XIX, o que, de certo modo, produzia uma aliança entre a História Social e a História Econômica na luta pelo estabelecimento de uma historiografia inteiramente nova no que se refe-

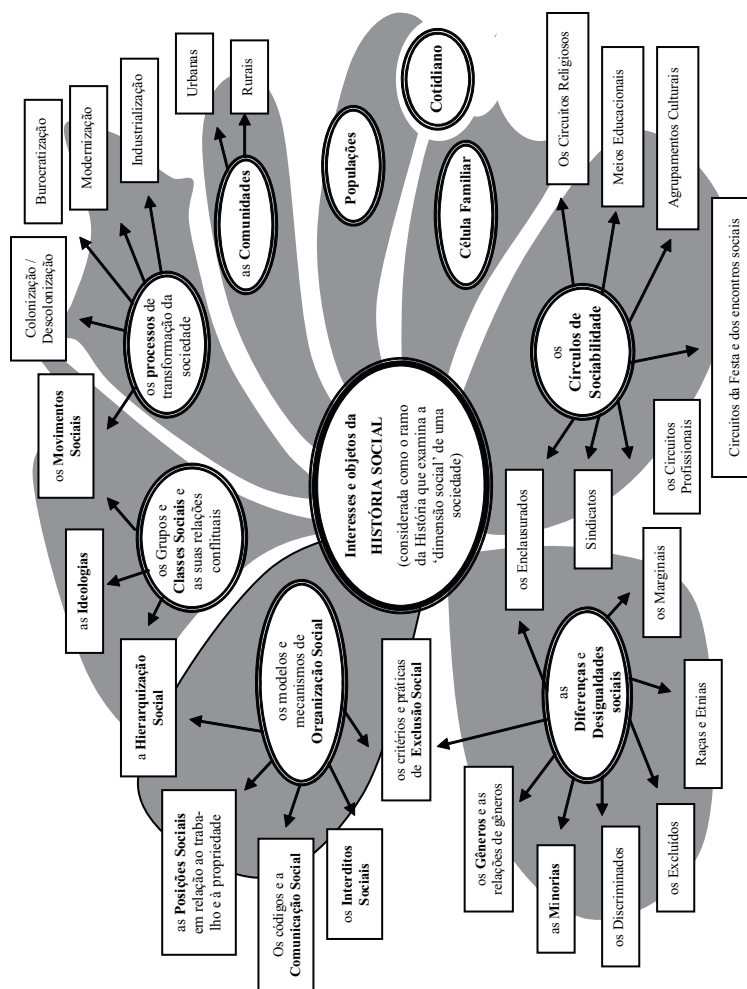
re aos fazeres historiográficos do século anterior. À História Social e à História Econômica – como campos inauguradores de um novo fazer historiográfico – logo se juntariam a História Demográfica, a História Cultural, a História das Mentalidades, a História do Imaginário, e também uma nova História Política, não mais preocupada apenas com o poder institucional mas sim com todas as formas de poder que circulam em qualquer sociedade, inclusive os micropoderes que afetam a vida cotidiana e as relações familiares. O quadro das dimensões historiográficas, portanto, multidiversificava-se – e é neste contexto que pode ser definido um primeiro sentido para a História Social como uma instância historiográfica específica, no mesmo nível da História Política e da História da Cultura, apenas para dar dois exemplos.

Por outro lado, outra indagação que surge nos dias de hoje, quando a expressão “história social” já multiplicou os seus sentidos e as suas aberturas de significados, é se a História Social deve ser considerada uma especialidade, com objetos próprios e definidos, ou se o “social” que ao seu nome se agrega como adjetivo acaba de um modo ou de outro por fazer coincidir o seu circuito de interesses com a sociedade – o que faria da História Social uma espécie de categoria transcendente que acaba perpassando ou mesmo englobando todas as outras especialidades da História.

Os diversos âmbitos da História Social

Se investirmos na idéia de que a História Social é uma sub-especialidade entre as outras (o que parece ter sido a proposta da Escola dos Annales nos seus primórdios ao introduzir esta categoria no título de sua revista), veremos que começam a se destacar certos objetos mais evidentes: os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e outros tipos de agrupamentos, as relações sociais (entre estes grupos e entre os indivíduos no seu interior), e por fim os processos de transformação da sociedade.

O Quadro abaixo busca reunir alguns dos objetos e âmbitos que poderiam ser pretensamente visados por uma sub-especialidade chamada História Social. Este esquema complexo foi construído rastreando os objetos mais específicos que têm sido trabalhados por alguns dos mais conhecidos historiadores que se autodefinem como inscritos na categoria História Social. Pode-se perceber que a maioria dos campos de interesse que ali foram assinalados correspondem a ‘recortes humanos’ (as classes e grupos sociais, as células familiares), ou a ‘recortes de relações humanas’ (os modos de organização da sociedade, os sistemas que estruturam as diferenças e desigualdades, as formas de sociabilidade). Em um caso, estudam-se fatias da sociedade (ou os subconjuntos internos à sociedade); em outro caso, estudam-se elementos específicos e transversais que parecem atravessar a sociedade por inteiro (os mecanismos de organização social e os sistemas de exclusão, por exemplo, atravessam a sociedade como um todo)⁶.



Para além dos subcampos citados no parágrafo anterior, indicamos ainda uma categoria que é obviamente uma das mais importantes para a História Social: a dos ‘processos’ (industrialização, modernização, colonização, ou quaisquer outros, inclusive as revoluções, que aparecem incluídas na rubrica ‘movimentos sociais’). É muito importante indicar que a História Social também estuda estes ‘processos’, e não apenas modos de organização ou estruturas, pois caso contrário a História Social poderia ser vista como uma História estática, e não dinâmica.

Voltemos por ora aos objetos da História Social que coincidem com subconjuntos da sociedade (grupos e classes sociais, categorias de excluídos, células familiares). Quando o historiador volta-se para o exame destes grupos humanos específicos no interior de uma sociedade, ou então para as relações conflituosas e interativas entre alguns destes grupos, seu interesse poderá se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica? Como reage a uma determinada crise política, ou a uma determinada crise econômica? Como reage um grupo, por exemplo, às flutuações de preços? Como repercutem certas mudanças políticas na vida social de um grupo?

Embora as questões acima colocadas refiram-se alternadamente aos âmbitos político ou econômico, elas podem ser trabalhadas *socialmente* pelos historiadores. Dito de outra forma, existe um modo específico como a História Social encara os fatos políticos e econômicos. As repercussões sociais dos fatos políticos e econômicos, seja nos grupos específicos ou em um conjunto mais amplo, devem ser também objetos privilegiados para os historiadores sociais. Isto nos leva àquela questão inicial, à qual ainda voltaremos outras vezes: não existem fatos políticos, econômicos ou sociais isolados. Não é o tipo de fato – político, econômico, social ou cultural por definição – o que define uma subespecialidade da História, mas sim o enfoque que o historiador dá a cada um destes tipos de fatos. Um historiador econômico pode dar um destino a determinados fatos econômicos (ao elaborar, por exemplo, um estudo dos ciclos econômicos no decurso de algumas décadas), e um historiador social um outro – pois este último estará mais preocupado em perceber como estas variações conjunturais afetam diferentemente os vários grupos sociais, que alterações elas provocam nas relações entre estes grupos, e assim por diante.

Ainda com relação à possibilidade de examinar no interior de uma sociedade certos recortes humanos, uma outra observação deve ser feita. Vimos que a História Social pode dirigir sua atenção para uma classe social, para uma minoria, para um grupo profissional, para a célula familiar – ou seja, para um subconjunto específico da sociedade. Em contraste com este

tipo de enfoque, existem duas das divisões ou subconjuntos possíveis que perdem o seu caráter mais específico por se autoconstituírem de certo modo em totalidades: o estudo das ‘comunidades’ (rurais e urbanas) e o estudo das ‘populações’ como um todo. Ou seja, em um caso dois subconjuntos que se complementam e que dividem a sociedade na dicotomia ‘rural / urbano’, e no outro caso um subconjunto que coincide com o conjunto universo da sociedade, e que chamamos de ‘população’. Estes dois campos são os únicos que estão especificamente ligados a uma outra acepção da História Social que discutiremos a seguir.

História Social como “história totalizante”

Se a História Social foi se constituindo desde o princípio como uma sub-especialidade da História, direcionada para objetos bem específicos e que se distinguíam dos objetos das outras modalidades da história, por outro lado a noção de “História Social” também começou a ser vinculada por alguns pensadores e historiadores a uma “história total”, encarregada de realizar uma grande síntese da diversidade de dimensões e enfoques pertinentes ao estudo de uma determinada comunidade ou formação social. Portanto, estaria a cargo da História Social criar as devidas conexões entre os campos político, econômico, mental e outros – o que implica que nesta acepção a História Social deixa de ser uma modalidade mais específica, como qualquer outra, para se tornar o campo histórico mais abrangente que se abriria à possibilidade da mediação ou da síntese ... História Social como História da Sociedade ...

Na verdade, esta última acepção foi adotada ainda pela Escola dos Annales, mas a partir da década de 1940, de modo que acaba se contrapondo àquela primeira acepção que procurava fixar a História Social como especialidade. Em uma conferência de 1941, mais tarde publicada em *Comptes pela História* [1942], Lucien Febvre chega a afirmar que “não há história econômica e social; há somente história, em sua unidade” (Febvre, 1992: p.45). Trata-se portanto de um programa que assume a perspectiva da História Total, ou da “História-Síntese”, que tão bem caracteriza a segunda fase dos *Annales* – sobretudo com as monumentais obras de Fernand Braudel sobre *O Mediterrâneo* e sobre a *Civilização Material do Capitalismo* (Braudel, 1997 e 1984). Muitos historiadores passaram a entender História Social, a partir de então, com este sentido mais abrangente (se existem fatos econômicos ou fatos políticos propriamente ditos, não existiriam rigorosamente os fatos sociais, ou melhor, *todos* os fatos seriam sociais, uma vez que estariam ocorrendo no interior da sociedade a partir dos relacionamentos dos homens e dos grupos de homens uns com os outros).

A idéia de uma História Social que tem a seu cargo a tarefa de promover uma síntese de aspectos relacionados a várias dimensões ou do-

mínios historiográficos é também expressa por Georges Duby em um texto de 1971 (1971: p.1-13):

“Que ela [a História Social] deixe de se considerar entretanto a seguidora de uma história da civilização material, de uma história do poder, ou de uma história das mentalidades. Sua vocação própria é a da síntese. Cumpre-lhe recolher todos os resultados das pesquisas efetuadas, simultaneamente, em todos estes domínios $\frac{3}{4}$ e reuni-los na unidade de uma visão global”

Aqui, uma nova noção da História Social fazia a sua entrada na história do pensamento historiográfico. Esta nova noção de História Social, voltada para a idéia de uma totalidade de aspectos, podia ser aplicada tanto ao estudo de uma sociedade inteira, como para o estudo de comunidades tomadas como centros de referência, como as comunidades rurais e urbanas que começaram a ser examinadas pelos historiadores associados à História Regional. Em um caso ou outro, a História Social não apresenta mais objetos específicos dentro da História: seu interesse é a sociedade como um todo (esteja ela estudando um país, uma grande região como o Mediterrâneo, uma cidade ou uma aldeia).

Mas a verdade é que a designação anterior continuou existindo paralelamente, de modo que a História Social assumiu um lugar específico como sub-especialidade ao lado da História Econômica, da História Política, da História Cultural e de todas as outras. Rigorosamente, depois da crise da História Total (esperança de abarcar todos os aspectos de uma sociedade em uma grande síntese coerente) esta designação mais específica ganhou até mais força, sobretudo a partir da década de 1960. De qualquer modo, a noção de História Social continuou sempre aberta a muitas possibilidades de sentidos.

Os meios acadêmicos na Europa e nas Américas trouxeram, a partir da institucionalização de seus programas de pós-graduação, uma contribuição para os usos amplificados da expressão “História Social”. Nestes meios ligados à Pesquisa que vem sendo desenvolvida nas Universidades, esta designação tem sido muito utilizada no seu sentido mais abrangente, conseguindo assim enquadrar em um mesmo plano de coerência uma quantidade multidiversificada de pesquisas. Em certo sentido, argumenta-se que toda a História que hoje se escreve é, de algum modo, uma História Social, mesmo que direcionada para as dimensões política, econômica ou cultural.

De fato, é possível incorporar uma preocupação social a cada uma das demais dimensões antes citadas como sub-especialidades da História, e também às várias abordagens e domínios que veremos a seguir. Assim, vimos que a Demografia Histórica pode reduzir-se a um mero censo retrospectivo por historiadores descritivos e não-problematizadores, ou que ela pode se trans-

formar em uma verdadeira Demografia Social quando superamos a mera enunciação do número em favor do tratamento problematizado dos índices populacionais. Vimos que a História da Cultura Material pode ser reduzida à mera descrição de objetos, o que seria questionável, ou que ela pode enveredar por uma recolocação destes objetos nos usos sociais que eles teriam na época e na sociedade em que foram produzidos (neste caso, poder-se-ia dizer que empreendemos uma espécie de História Social da Cultura Material).

Qualquer informação historicizada pode ser tratada socialmente, é correto dizer. Mas é também verdade que nem toda História é *necessariamente* social. Se é possível elaborar uma *História Social das Idéias* ou uma *História Social da Arte*, é possível também elaborar uma *História das Idéias* ou uma *História da Arte* que se restrinjam a discutir obras do pensamento ou da criação artística sem reestruturá-las dentro do seu ambiente social mais amplo. Basta percorrer os olhos por uma prateleira livresca de História da Arte ou de História da Literatura para encontrarmos pilhas destas obras em que são descritos os estilos artísticos, ou até mesmo que oferecem uma sucessão cronológica de descrições das vidas dos principais artistas e literatos, de modo que estas histórias da arte e histórias da literatura acabam se tornando um somatório de pequenas biografias de artistas importantes mais ou menos encadeadas segundo critérios cronológicos ou agrupadas conforme os seus pertencimentos estilísticos. Por isto, encontra-se quem fale em uma *História da Cultura*, preocupada em descrever produções culturais de vários tipos, mas contrastando-a com a *História Cultural* propriamente dita, que tem incorporado tradicionalmente uma preocupação social muito definida (neste caso, uma *História Social da Cultura*)⁷.

Com base em alguns exemplos conhecidos de obras produzidas com pretensas preocupações historiográficas (mas certamente alicerçadas em uma outra noção de historiografia), pode ser questionada aquela idéia de que “toda história é social”. É social, poderemos corrigir, se o historiador tiver efetivamente preocupações sociais na sua maneira de examinar o passado.

Com relação aos já mencionados objetos da História Social (seja enquanto especialidade particular, seja no sentido totalizador), convém lembrar que tem se apresentado nas últimas décadas uma tendência cada vez maior para o exame da sociedade em toda a sua complexidade, superando o manejo de categorias sociais estereotipadas e de dicotomias generalizadoras.

Nunca é demais nos referimos às conhecidas preocupações de Edward Thompson – historiador inglês que trabalha na interconexão de uma História Social com uma História Cultural – em denunciar aquelas abstrações desencarnadas relacionadas ao conceito de “classe social” (Thompson, 1987). Thompson é um dos autores que melhor representam esta tendência da História Social que gradualmente se afirma em direção à complexidade e ao tratamento das sociedades como realidades dinâmicas e vivas – como

processos – e não apenas como descrições de estruturas perfeitas como se fossem relógios, mas abstraídas de realidade humana.

Afirma-se também, mais do que nunca, uma História Social que estabelece interfaces com os outros campos da própria história, ou também com outros circuitos interdisciplinares. Se voltarmos ao Quadro já exposto, que pretende ser apenas um esboço de possibilidades, e não mais que isto, veremos ali que os vários objetos possíveis a uma História Social (definida como sub-especialidade que traz as suas próprias idiossincrasias) localizam-se habitualmente na fronteira com outros campos.

Posso trabalhar um grupo étnico segregado em uma dada realidade urbana do ponto de vista de uma História Social ou do ponto de vista de uma Etno-História. Ou posso trabalhá-lo do ponto de vista de uma interconexão de História Social e Etno-História. Os movimentos sociais, por exemplo, dificilmente podem ser trabalhados fora de uma conexão entre o Social e o Político (e que, possivelmente, incluirá ainda o Económico). Já um processo como o da ‘industrialização’ pode receber um enfoque social, ou um enfoque mais propriamente económico (ou o duplo enfoque, que é sempre uma boa alternativa). De igual maneira, a célula familiar pode ser examinada por um viés social ou por um viés de antropologia histórica. O cotidiano de uma determinada comunidade ou grupo social pode ser avaliado do ponto de vista de uma História da Cultura Material, pronta a recuperar os seus bens materiais e os seus usos (sociais), ou pode ser avaliado mais propriamente de uma perspectiva da História Social, manifestando-se a preocupação em recuperar as formas de sociabilidade, os conflitos entre os indivíduos pertencentes aos vários grupos sociais, os entrelaçamentos ideológicos, e toda uma rede de aspectos que constitui inegavelmente um território mais definido da sub-especialidade História Social.

As fontes e abordagens relacionadas à História Social

Com relação às conexões da História Social com as ‘abordagens’ – isto é, com os sub-campos da historiografia que se referem a métodos e fazeres históricos – elas podem se estabelecer tanto no nível dos tratamentos qualitativos, como no nível dos tratamentos quantitativos. Da mesma forma, a História Social pode ser elaborada tanto do ponto de vista de uma Macro-História, que examina de um lugar mais distanciado aspectos como os movimentos sociais ou como a estratificação social de uma determinada realidade humana, como pode ser elaborada do ponto de vista de uma Micro-História, que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe (por exemplo os inquéritos policiais, os documentos da Inquisição, mas também determinadas produções culturais do âmbito popular, onde

transpareçam elementos da vida cotidiana, das relações familiares, e assim por diante). As diferenças entre Macro-História e Micro-História ficarão mais claras no item relativo a este último tipo de abordagem.

Não há limitações com relação ao que pode ser tomado como ‘fonte’ para a História Social. É possível encontrá-las tanto na documentação de origem privada como na documentação oficial, por assim dizer. O que estamos chamando de documentação privada são aquelas fontes produzidas ao nível das vidas individuais: os relatos de viagem, os diários pessoais, correspondências entre particulares (sejam indivíduos ilustres, ou não). Documentação oficial ou pública existe de todos os tipos: desde aquelas que oferecem dados massivos sobre uma sociedade – como os inventários e registros fiscais, censitários, testamentários, cartoriais, e paroquiais – até aquelas mais pontuais, referentes a situações específicas. Por exemplo, um material muito rico do tipo que estamos caracterizando como pontual encontra-se nos arquivos judiciais e policiais (ou seja, na documentação oriunda dos sistemas repressivos). Os historiadores sociais da atualidade têm, precisamente, prestado muita atenção a um vasto manancial de fontes que por muito tempo foi esquecido: os registros de polícia, os processos criminais – incluindo os depoimentos, as confissões e as sentenças proferidas sobre determinado caso – ou ainda, para os primeiros séculos da Idade Moderna, os processos da Santa Inquisição, que costumavam rastrear obsessivamente a vida dos indivíduos investigados, anotar a sua fala nos mínimos detalhes, registrar rigorosamente os dados de sua vida cotidiana com o fito de perceber qualquer indício de comportamento anormal ou mentalidade herética.

É bastante irônico. Os indivíduos pertencentes às classes sociais privilegiadas dão-se a conhecer através dos mais diversificados tipos de fontes à disposição dos historiadores – na documentação política, falam através dos deputados e governantes que os representam; nas notícias de jornais, pode-se até mesmo percebê-los em *flashes* de sua vida privada nas colunas sociais; na arte letrada, iremos encontrá-los como sujeitos produtores de discurso ou como referentes dos discursos aí produzidos. Já ao pobre, e mais ainda ao excluído, só é dada uma voz quando ele comete um crime (ou quando é acusado de um). Os registros repressivos são paradoxalmente os espaços documentais mais “democráticos” – aqueles onde os historiadores poderão encontrar literalmente as vozes de todas as classes, mas sobretudo as dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista político e econômico. É só quando comete um crime que o homem pobre adquire uma identidade para a História!

Existem também, é preciso reconhecer, as fontes oriundas da cultura popular. Mas este tipo de fonte é mais propriamente relacionado com a História Cultural, como já vimos anteriormente. Também não deve ser desprezada a grande literatura. A leitura atenta da *Comédia Humana* de

Balzac não é irrelevante para a compreensão da transição para o Capitalismo moderno, e a mesma recomendação de atentar para a importância da literatura como fonte para este período pode ser feita em relação às obras de Victor Hugo. A partir do momento em que a perspectiva realista abriu-se como uma possibilidade para os produtores de obras associadas à cultura letrada (literatura, mas também artes visuais), o homem comum também começou a chegar aos historiadores através destas fontes, embora elas sempre requeiram o cuidado de ser trabalhadas com a consciência de que, nestes casos, o homem pertencente aos extratos sociais menos privilegiados só recebe a sua voz ou a sua transparência através de um filtro, que é a sensibilidade do escritor ou do pintor pertencente a outro grupo social (fora, é claro, quando o próprio artista é oriundo do grupo social que pretende retratar).

Voltemos às fontes de História Social que chegam aos historiadores através da violência. Além da violência individual, que aparece através do crime, existe ainda a violência coletiva, onde a massa anônima deixa suas marcas e conquista também a sua voz, através de explosões de revolta que podem ficar registradas nas notícias de jornais, ou então nas descrições dos cronistas, para os períodos mais antigos. As revoluções e os processos de transformação social, conforme já observou Thompson muito bem, são momentos privilegiados para a percepção das identidades de classe, inclusive as relativas aos grupos sociais menos privilegiados. São nestes momentos que as massas tornam-se visíveis, exprimindo-se através dos gestos do “protesto” (sejam protestos espontâneos, sejam os movimentos organizados, como as greves) ou da violência coletiva, que podem produzir desde badernas e motins até revoluções com repercussões sociais definitivas. São também nestes momentos que, eventualmente, emergem as lideranças populares – por vezes deixando suas vozes registradas em panfletos e em discursos que foram recolhidos pela imprensa ou pelos cronistas de uma época.

No dia-a-dia, as massas populares são informes: executam como que emudecidas as tarefas que lhes permitirão assegurar a sua sobrevivência diária. A História conhece os camponeses do final da Idade Média, os operários urbanos das sociedades industriais, os escravos do Brasil Colonial ... sempre através dos registros massivos, que anotarão as datas de seus nascimentos, o número de filhos, a morte, a ocupação, e as modalidades de pertencimento (a um senhorio na Idade Média ou a uma indústria no mundo capitalista). Nestes momentos, as massas falam à História através de números que registram a sua laboriosa e sofrida passividade. Mas quando ocorre um motim, uma insurreição, um protesto público, pela primeira vez a massa de despossuídos será ouvida não através da passividade dos números silenciosos, e sim através dos gestos violentos e ruidosos.

Os sem-terra⁸, por exemplo, são, habitualmente, encontrados pelos historiadores que examinam a História contemporânea do Brasil nos

documentos do censo, que os registram como camponeses despossuídos e desempregados. Mas quando eles ocupam uma fazenda, ou quando em protesto eles adentram um espaço que para eles não estaria previsto – como um *shopping center* – neste momento eles se transformam em atores sociais mais definidos e ganham espaço nas notícias de jornal e outras mídias. Quando a massa excitada derruba uma bastilha, entra subitamente na História não como uma estatística, mas como sujeito coletivo que realiza um ato, que produz ou se incorpora a um movimento social. Os camponeses medievais, de modo similar, chegam aos historiadores como um número incorporado à terra através dos contratos celebrados entre um suserano e um vassalo, ou através de um testamento que os passa adiante para os herdeiros de um feudo. Mas quando produzirem uma *Jacquerie* serão registrados pela primeira vez por algo que fizeram, e não por algo que fizeram a eles.

São os grandes momentos de protesto ou de violência coletiva que tornam visíveis as massas, e os pequenos momentos de crimes individuais que dão visibilidade ao homem comum. Por isto o historiador acaba chegando às massas e aos indivíduos menos favorecidos através da violência. São as fontes que expressam os vários tipos de violência (ou que registram a repressão a esta violência) aquelas que permitirão a este historiador examinar as relações de classe, as suas expectativas, o seu cotidiano. É aliás curioso observar que, quando o criminoso escapa à repressão, ele perde-se para a História.

Na verdade, as fontes de natureza repressiva – como os processos criminais ou os registros inquisitoriais – constituem registros múltiplos, polifônicos por excelência. A própria diversidade social pode estar presente em um processo judicial ou inquiridor – afinal, o modo como devem ser organizados os processos, entrecruzando indivíduos dos mais diversos tipos, acaba conferindo a este tipo de fontes uma posição muito rica no repertório de documentos à disposição de um historiador social. São fontes que habitualmente envolvem um foco representando o sistema repressivo (não raro expressando contradições internas que podem aparecer sob a forma de conflitos de autoridade) e um universo multifocal que passa por um vasto número de depoentes e de testemunhas, até chegar ao criminoso ou ao inquirido.

É mais raro que a História Social, pelo menos no que se refere a períodos mais recuados, vá encontrar fontes relativas aos grupos menos favorecidos na ‘documentação privada’ (diários, livros de memória, relatos de viagem, correspondência) porque estes tipos de textos nem sempre são conservados depois que os seus autores desaparecem. Mas, na medida em que avança para classes mais favorecidas, o historiador já começa a dispor deste tipo de documentação.

As fontes da História Social, enfim, são de inúmeras modalidades. Sua escolha, naturalmente, será orientada pelo problema histórico a ser definido e investigado pelo historiador.

Conforme vimos – seja no que se refere a seus campos de interesse e objetos privilegiados, seja no que se refere a seus métodos mais recorrentes e fontes historiográficas disponíveis – a História Social mostra-se ao historiador contemporâneo como um campo aberto a inúmeras possibilidades. Um de seus traços centrais, certamente, continuará para o futuro a referir-se ao intenso diálogo com todas as Ciências Sociais, o que tem permitido precisamente essa maior amplitude de objetos e o tratamento de uma maior variedade de tipos de fontes a partir de metodologias que a História pôde apreender de diversificados campos do saber como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Semiótica.

Notas

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombras (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas aos campos da Teoria e Metodologia da História, da Historiografia, e da História da Cultura. Tem publicado livros na área de História Cultural, Historiografia, Teoria e Metodologia da História. Entre as mais recentes publicações, registram-se *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004) e *O projeto de pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005).

² GRUZINSKI, Serge. Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso ... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente In MORIN, E. (org.) *A religação dos saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.391.

³ KULA, Witold. *Economic Theory of the Feudal System*, apud BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*, São Paulo: UNESP, 1991, p.110-111. [Edição polonesa original da obra de Witold Kula: 1962].

⁴ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte In *Os Pensadores*, vol. XXXV, São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 329-410 [original alemão: 1852].

⁵ BARROS, José D'Assunção. *O campo da História – especialidades e abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2005.

⁶ Por exemplo, a ideologia das Três Ordens atravessava as sociedades medievais, e no mundo que era organizado por ela os três grupos típicos (camponeses, guerreiros e clérigos) encontravam cada qual o seu papel social. Da mesma forma, o sistema de exclusões do Nazismo incidia transversalmente sobre a sociedade alemã das décadas de 1930 e 1940, colocando de um lado os cidadãos e de outro os excluídos (judeus, eslavos, estrangeiros, etc...).

⁷ Robert Darnton distingue uma “história das idéias” voltada para o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos; uma “história intelectual” que se ocuparia do estudo do pensamento informal, dos climas de opinião e dos movimentos literários; uma “história social das idéias”, que se voltaria para o estudo das ideologias e da difusão das idéias; e uma “história cultural” que se ocuparia do estudo da cultura no sentido antropológico (DARNTON, Robert. “História Intelectual e Cultural” In *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.175-197).

⁸ Movimento social de homens do campo não-proprietários de terra que fortaleceu-se no Brasil na última década, clamando por reformas sociais direcionadas para a Reforma Agrária.

Referências bibliográficas

- BALZAC, Honoré de. **A comédia humana**. Porto Alegre: Editora Globo, 2002.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História – especialidades e abordagens**, Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 vol.
- BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURKE, **A Escola dos Annales – 1929-1989**. São Paulo: UNESP, 1991.
- DARTON, Robert. História Intelectual e Cultural In **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.175-197.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- DUBY, Georges. Les sociétés médiévales. Une approche d'ensemble In **Annales**, ESC, janeiro-fevereiro de 1971. p.1-13.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.
- GRUZINSKI, Serge. Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso ... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente In MORIN, E. (org.) **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In **Os pensadores**, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MORIN, E. (org.) **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.
- THOMPSON, E. P. History from Below, *The Times Literary Supplement*, 7 de abril de 1966, p.278-280 [**As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2001. p.185-201].